

OAB-Santos pede acesso a projeto do túnel

Entidade monitora desapropriações para que ligação seca saia do papel, em especial no Macuco, no lado santista do empreendimento

VANESSA RODRIGUES - 6/6/23



As embocaduras do túnel estão previstas para o Cais da Marinha, em Santos, e na Prainha, em Guarujá

BÁRBARA FARIAS
DA REDAÇÃO

A Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção Santos (OAB-Santos) solicitou para o Governo do Estado o projeto detalhado do túnel submerso Santos-Guarujá. A preocupação da instituição é quanto a possíveis desapropriações de moradias, principalmente no Bairro Macuco, no lado santista da ligação seca.

“Nós queremos que o projeto saia do papel, mas que seja observada a possibilidade de não ter nenhuma desapropriação. A nossa intenção enquanto OAB, é acompanhar, fiscalizar, ver o que é melhor para a sociedade e discutir o projeto. A gente não quer travar nenhum tipo de projeto, mas ser ouvido e representar a sociedade”, afirmou o presidente da Comissão de Direito Empresarial da OAB-Santos, Alexandre Salamoni.

Salamoni explicou que a preocupação quanto às desapropriações surgiu quando o secretário-executivo da Secretaria Estadual de Parcerias em Investimentos, André Isper Rodri-

gues Barnabé, fez a apresentação do projeto no último dia 18, no Casa Grande Hotel, em Guarujá, no lançamento da Frente Parlamentar Mista sobre o tema, presidida pelo deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB).

O receio, segundo Salamoni, é que o projeto do Estado seja diferente do apresentado pela Autoridade Portuária de Santos (APS), que foi aprimorado nos últimos meses a partir das discussões e contribuições apresentadas durante as reuniões do Grupo de Estudos e Comissão Técnica Profissional da APS, que contou com a participação da OAB-Santos e que não prevê desapropriações.

“Isso foi equacionado após a terceira ou quarta reunião que tivemos com a Autoridade Portuária, inclusive, sem nenhuma desapropriação no Macuco, apenas a troca de local de uma empresa. No lançamento da Frente Parlamentar, no Guarujá, o Governo do Estado apresentou um projeto que demonstra ser o anterior da Dersa (de

2012). Cada um apresentou uma parte, mas qual é o projeto que vai prevalecer?”, indaga Salamoni.

Nos últimos meses, o Governo do Estado tem informado que o túnel Santos-Guarujá faz parte de seu Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), enquanto a União reitera que será a responsável pela publicação do edital do empreendimento.

O representante da Ordem dos Advogados lembrou que “quando foi feito o primeiro projeto, o da Dersa, nós alertamos que existiam muitas desapropriações. Recentemente, o presidente da Autoridade Portuária, Anderson Pomini, nos ouviu, juntamente com o secretário Bruno Orlandi (de Assuntos Portuários e de Emprego de Santos), e foram feitos estudos para melhorar a viabilidade do projeto sem desapropriações”.

A Secretaria Estadual de Parcerias em Investimentos foi procurada pela reportagem, mas não se manifestou sobre o pedido da OAB-Santos até o fechamento desta edição.